



Entre Duendes e Bruxos: a batalha de panfletos em Montevideu como introdução à Guerra da Cisplatina (1822-1823)

Between Goblins and Sorcerers: the Battle of Pamphlets in Montevideo as an Introduction to the Cisplatine War (1822–1823)

Entre Duendes y Brujos: la batalla de panfletos en Montevideo como introducción a la Guerra de la Cisplatina (1822-1823)

Geison Siqueira

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é professor da Universidade Iguazu (UNIG).

RESUMO

O artigo analisa seis panfletos produzidos em Montevideu entre 1822 e 1823, assinados pelos pseudônimos Duende e Brujo. A investigação se desenvolve a partir de duas dimensões complementares: o papel estratégico do controle do estuário do Prata e das forças navais na disputa política, e a análise retórica dos panfletos como chave para o letramento político. Em diálogo com José Murilo de Carvalho sobre a função pedagógica da imprensa e com o contextualismo linguístico de Quentin Skinner e John Pocock, busca-se compreender como a guerra naval e a guerra de palavras se articularam na experiência cisplatina, revelando os dilemas da construção de projetos nacionais em um espaço de fronteira e incerteza.

Palavras-chave: Cisplatina; Panfletos; Retórica Política; Guerra Naval; Esfera Pública

ABSTRACT

This article analyzes six pamphlets produced in Montevideo between 1822 and 1823, signed under the pseudonyms Duende and Brujo. The study develops along two complementary dimensions: the strategic role of controlling the Río de la Plata estuary and naval forces in the political struggle, and the rhetorical analysis of pamphlets as a key to political literacy. Dialoguing with José Murilo de Carvalho on the pedagogical function of the press and with the linguistic contextualism of Quentin Skinner and John Pocock, it seeks to understand how naval warfare and the war of words intertwined in the Cisplatine experience, revealing the dilemmas of nation-building projects in a frontier and uncertain context.

Keywords: Cisplatina; Pamphlets; Political Rhetoric; Naval War; Public Sphere.

RESUMEN

El artículo analiza seis panfletos producidos en Montevideo entre 1822 y 1823, firmados con los seudónimos Duende y Brujo. La investigación se desarrolla en dos dimensiones complementarias: el papel estratégico del control del estuario del Plata y de las fuerzas navales en la disputa política, y el análisis retórico de los panfletos como clave del alfabetismo político. En diálogo con José Murilo de Carvalho sobre

la función pedagógica de la prensa y con el contextualismo lingüístico de Quentin Skinner y John Pocock, se busca comprender cómo la guerra naval y la guerra de palabras se articularon en la experiencia cisplatina, revelando los dilemas de los proyectos de construcción nacional en un espacio de frontera e incertidumbre.

Palabras Cisplatina; Panfletos; Retórica Política; Guerra Naval; Esfera Pública.

INTRODUÇÃO

A cidade de Montevideu pode ser considerada um dos espaços mais disputados do planeta nas primeiras décadas do século XIX. Nos primeiros anos dos oitocentos, o importante porto fazia parte do enorme e secular Império espanhol. Em 1807, foi invadida por forças britânicas, interessadas no domínio marítimo da bacia hidrográfica em meio às guerras napoleônicas. Dez anos depois tornou-se parte do Império português após um longo período de disputa com tropas das províncias unidas do Rio da Prata. Em 1822, a Província Cisplatina e consequentemente a cidade às margens do Prata tornou-se parte do recém-criado Império brasileiro. Finalmente, após a Guerra da Cisplatina em que os resultados pareciam imprevisíveis, Montevideu tornou-se a capital da República Oriental. Essa sucessão de pertencimentos políticos e de projetos de soberania ilustra o caráter fronteiriço e instável da região, marcada por uma intensidade de debates políticos e sociais. A cidade se tornou um verdadeiro laboratório das transformações políticas do Atlântico sul.

Essa condição faz de Montevideu não apenas um espaço militarmente estratégico, mas também um centro de produção e

circulação de ideias políticas. Como destaca Winter (2014), a cidade tornou-se, no início da década de 1820, palco de uma produção impressa inédita: “quase duas dezenas de jornais e uma centena de panfletos” que animaram os debates sobre o futuro da Cisplatina, articulando diferentes linguagens políticas e recursos retóricos. A imprensa política, em especial os panfletos, configurou-se, portanto, como um campo privilegiado para compreender a emergência da opinião pública e os conflitos em torno de identidades políticas concorrentes. A disputa era pela supremacia no mar e a primazia comercial na Bacia do Prata

Nos anos que antecederam a Guerra da Cisplatina (1825–1828), a disputa panfletária expressava, sobretudo, duas alternativas: o apoio às forças brasileiras, representadas pela administração de Carlos Frederico Lecor ou a busca por um futuro distinto, seja pela independência provincial, seja pela união com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Panfletos como os assinados por *Duendes* e *Bruxos* encarnam essas posições antagônicas: os primeiros, críticos e satíricos, empenhados em denunciar abusos e interesses ocultos dos aliados do Brasil; os segundos, defen-

sores do governo e do projeto de permanência da Cisplatina sob o Império brasileiro, durante o fim de 1822 e 1823.

O presente artigo propõe analisar tais panfletos a partir de duas óticas que de certa maneira se complementam no estudo dos impressos na região. A primeira trata de como o controle das águas e as forças navais perpassam os argumentos existentes na batalha de papéis em Montevideu. O segundo analisa seis panfletos específicos, três dos “duendes” e três dos “bruxos” com foco na retórica como chave para o letramento político, em diálogo com as reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a função pedagógica dos impressos no processo de formação da esfera pública (CARVALHO, 2000). Busca-se, ainda, compreender os panfletos a partir do contexto linguístico, conforme proposto pelo contextualismo de Quentin Skinner (1996) e, sobretudo, por John Pocock (2003), para quem as linguagens políticas devem ser lidas como conjuntos de convenções, vocabulários e estratégias de persuasão situadas. Assim, o estudo das assinaturas *Duende* e *Bruxo* permitirá investigar não apenas o conteúdo das disputas, mas também as formas pelas quais o controle do estuário da Prata moldaram os textos e a experiência política de Montevideu em um período de transição e incerteza.

BATALHAS ESCRITAS E NAVAIS

A experiência política da Província Cisplatina, entre 1822 e 1823, revela os dilemas de uma região submetida a uma sucessão de projetos imperiais e nacionais, que raramente correspondiam às expectativas de sua população. A presença brasileira foi interpretada pela maior parte da imprensa local como despótica e ilegítima, o que intensificou a diferenciação entre os orientais e os novos dominado-

res (WINTER, 2014). Nesse processo, as guerras e as tensões políticas não apenas moldaram fronteiras, mas também produziram linguagens de alteridade e identidade que seriam fundamentais na legitimação posterior da independência uruguaia.

Ao mesmo tempo, a fluidez das identidades políticas da Cisplatina expunha a complexidade da formação nacional em um espaço de confluência atlântica. Os periódicos e panfletos publicados em Montevideu refletiam um cenário em que diferentes projetos disputavam adesão: uns defendiam a anexação às Províncias Unidas, outros aceitavam, ainda que provisoriamente, a presença imperial, enquanto grupos menores cogitavam alternativas autônomas. Tal multiplicidade de vozes evidencia como a ideia de nação estava longe de ser um consenso, sendo constantemente negociada no calor das disputas militares e retóricas.

Nesse quadro, a alteridade brasileira cumpriu um papel decisivo. Se por um lado o Brasil representava a promessa de ordem e estabilidade, por outro se convertia em símbolo de opressão, escravidão e atraso político, em contraste com o republicanismo e a “americanidade” exaltada pelos orientais e portenhos (WINTER, 2014, p. 142). Assim, a construção nacional uruguaia emergiu não apenas como resultado de batalhas e tratados, mas também como resposta discursiva a essas tensões, em que o “outro” brasileiro serviu como contraponto para reforçar a coesão interna e projetar um futuro independente.

A incorporação da Cisplatina e o início das disputas que culminariam na Guerra da Cisplatina não podem ser compreendidos sem considerar a centralidade do espaço fluvial e marítimo do Prata. Como observa Francisco Doratioto (2010), a maior operação naval brasileira nas primeiras décadas do século XIX ocorreu justamen-

te nessa região. O estuário platino, com largura máxima de 40 km e profundidade média de 6 m, permitia a navegação de embarcações de grande porte e ligava por meio dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, territórios fundamentais para o comércio e a comunicação do Cone Sul. Para o Brasil, essa configuração possuía duplo valor: assegurava uma rota estratégica de integração até Mato Grosso e reforçava o controle sobre o oeste gaúcho, ao mesmo tempo em que projetava poder diante de Buenos Aires, já considerado um centro de poder econômico e político rival.

A disputa pelo controle do Prata não era um fato novo, remontando à fundação da Colônia do Sacramento em 1680, quando Portugal buscava desviar para seu porto o comércio de prata vindo do Alto Peru. Como recorda Doratioto, Sacramento foi alvo de sucessivas contendas diplomáticas e militares entre Portugal e Espanha até ser definitivamente cedida à coroa espanhola pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Ainda assim, a expansão luso-brasileira avançou sobre as Missões Orientais em 1801, fortalecendo a presença portuguesa na região. Esse passado de disputas coloniais compôs o pano de fundo da incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, quando o Congresso Extraordinário de Montevidéu decidiu aceitar a anexação, justificando-a pelos direitos sucessórios da princesa Carlota Joaquina e pelos temores das elites estancieiras diante da ameaça do radicalismo artiguista (DORATIOTO, 2010, p. 11-12).

A independência do Brasil, proclamada em 1822, acirrou tensões internas na própria Cisplatina. O Exército luso-brasileiro que ocupava a província dividiu-se: tropas de origem europeia, comandadas por Álvaro da Costa, permaneceram leais a Lisboa, enquanto contingentes formados por

soldados nascidos no Brasil alinharam-se a Pedro I, sob a chefia de Carlos Frederico Lecor, o Barão da Laguna. Montevidéu, controlada pelos legalistas portugueses, foi sitiada pelas forças imperiais, que também recorreram ao poder naval para sustentar a posição brasileira. Em novembro de 1822, partiu do Rio de Janeiro a primeira força naval com a bandeira do novo Império, encarregada de impor o bloqueio à cidade. Essa divisão foi reforçada ao longo de 1823, até que, em 21 de outubro, a esquadra portuguesa tentou romper o cerco, sendo derrotada pelas belonaves brasileiras (DORATIOTO, 2010, p. 13).

Esse episódio evidencia que, desde os primeiros anos da independência, a Marinha tornou-se o instrumento fundamental para afirmar a soberania do Império no Prata. Não se tratava apenas de apoiar as operações em terra, mas de projetar poder político e militar, garantir bloqueios e controlar o trânsito de mercadorias e homens pela via marítima. Como resume Doratioto (2010), a vitória naval de 1823 consolidou momentaneamente a presença brasileira em Montevidéu, demonstrando que a disputa pela Cisplatina se decidia tanto nos campos de batalha quanto no domínio das águas.

Esse protagonismo do poder naval ajudou a compreender por que a linguagem dos panfletos, ainda que centrada em acusações e sátiras, evocava de modo recorrente imagens ligadas ao mar e ao estuário. A retórica impressa, portanto, dialogava com a experiência cotidiana de uma cidade sitiada por esquadras, em que a política se confundia com o horizonte aquático. As batalhas e os bloqueios tornaram-se parte do vocabulário dos impressos que circularam em Montevidéu ao longo da década de 1820. Como observa Ana Frega (2014), alguns folhetos oposicionistas recorriam à posição geográfica da cidade

como recurso de legitimação, afirmando que os orientais eram “dueños de la entrada del Río de la Plata”. A formulação reforçava a centralidade de Montevideu não apenas como espaço urbano, mas como porto estratégico, inserindo o controle do estuário no horizonte da disputa política. Embora a linguagem panfletária não fizesse do mar o seu tema principal, o domínio marítimo aparecia como pano de fundo incontornável: os navios, os bloqueios e as esquadras compunham o imaginário de domínio e resistência.

As possibilidades de fixar um marco inicial para a Guerra da Cisplatina são múltiplas, mas este trabalho adota, com menor risco de arbitrariedade, a invasão portuguesa de 1817 como ponto de partida. A ocupação comandada por Carlos Frederico Lecor, veterano das guerras napoleônicas, culminou na incorporação de 1821 e marcou a transição para uma nova configuração geopolítica. Lecor, condecorado militar português, declarou lealdade a Pedro I em 1822, alinhando-se ao projeto do recém-fundado Império do Brasil (WINTER, 2022). Essa ambiguidade foi fonte de tensões, sobretudo porque parte das tropas de ocupação, os chamados Voluntários do Rei, permanecia fiel às Cortes de Lisboa. Como sublinha Winter (2022), esse grupo criou um foco de instabilidade, desafiando simultaneamente a autoridade brasileira e a de Lecor, o que obrigou o barão a recorrer tanto a alianças locais quanto à sustentação naval do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, Montevideu tornou-se palco de uma disputa política e simbólica intensa. Ferreira (2019) mostra que as alternativas em debate na cidade oscilavam entre três projetos: permanência sob o Brasil, união às Províncias Unidas do Rio da Prata ou independência provincial. Essa pluralidade de opções alimentava uma produção impressa vibrante, em jor-

nais e panfletos que buscavam legitimar seus respectivos projetos. Como analisa Manhães (2024), a própria imprensa da Corte do Rio de Janeiro refletia a ambiguidade de Lecor: enquanto periódicos áulicos celebravam a incorporação como triunfo da legitimidade, setores oposicionistas denunciavam seus custos e riscos.

A partir de 1822, consolidou-se também a atuação dos chamados *Caballeros Orientales*, grupo estudado por Frega (2014). Formado por *cabildantes*, jornalistas e militares, eles difundiram panfletos e periódicos como *El Pampero*, *La Aurora* e *El Ciudadano*, articulando críticas à incorporação e propondo alternativas de soberania. Para os *Caballeros*, a geografia era argumento político: Montevideu, situada à entrada do Prata, transformava-se em símbolo da autonomia oriental. Essa retórica se entrelaçava com a realidade militar: como lembra Winter (2022), o envio constante de esquadras do Rio de Janeiro para sustentar Lecor evidenciava que o poder imperial dependia mais da força naval do que da adesão popular. Nesse sentido, a guerra de panfletos foi também uma guerra de imagens marítimas, em que o mar surgia como metáfora de domínio e resistência, um sustentáculo de estabilidade para os Bruxos e, ao mesmo tempo, uma expressão da imposição estrangeira para os Duendes.

OS PANFLETOS DE MONTEVIDÉU

Os panfletos aqui analisados pertencem ao acervo do *Archivo General de la Nación* (Uruguai), instituição responsável pela guarda de vasta documentação relativa ao período cisplatino. O acesso, no entanto, foi viabilizado por meio da edição crítica organizada por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos Pereira das Neves e Marcello Basile, publicada sob o título

Guerra literária: panfletos da independência (1820-1823) (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014). Dividida em quatro volumes, a coletânea reúne 362 panfletos, incluindo os seis textos cisplatinos que circulam sob os pseudônimos de Duende e Brujo. Na edição de Guerra literária, os panfletos aqui analisados estão localizados no volume IV. Os três folhetos do Duende encontram-se nas páginas 627 (n.º 21), 649 (n.º 25) e 682 (n.º 33), enquanto os três textos atribuídos ao Bruxo aparecem nas páginas 676 (n.º 30), 678 (n.º 31) e 680 (n.º 32). Essa numeração e paginação correspondem à organização da coletânea publicada pela UFMG, mas remetem aos originais preservados no *Archivo General de la Nación*, onde se encontra o acervo documental que serviu de base à edição crítica. Trata-se, portanto, de uma fonte que combina a materialidade original preservada em Montevideu com o esforço editorial de disponibilização e contextualização promovido pela historiografia brasileira contemporânea.

Romano (2017) também destaca como a imprensa satírica da região operava por meio de metáforas ligadas à noite, ao segredo e à conspiração, elementos que desestabilizavam a transparência racional pretendida pela esfera pública ilustrada. Essa característica dialoga com a escolha das assinaturas *Duende* e *Brujo*, que evocam seres noturnos, subterrâneos e mágicos, aptos a revelar intrigas ou a disciplinar aliados. Assim, a linguagem dos panfletos cisplatinos pode ser compreendida em sintonia com essa tradição discursiva, na qual o riso e o grotesco funcionavam como instrumentos de intervenção política.

O uso de pseudônimos como *Duende* e *Bruxo* é instigante para a discussão sobre o contexto político em Montevideu naquele momento específico. O panfleto

Señor Duende de día, datado de dezembro de 1822, integra a literatura política satírica produzida em Montevideu durante a ocupação luso-brasileira. Seu momento de circulação coincide com a recente proclamação da independência do Brasil e com as tensões derivadas da presença simultânea de tropas fiéis a Pedro I e de contingentes ainda leais às Cortes de Lisboa. Nesse ambiente de instabilidade, os folhetos se converteram em armas de combate simbólico, disputando a opinião pública urbana por meio de recursos retóricos de forte impacto.

O uso desses personagens nos panfletos cisplatinos deve ser entendido dentro de uma tradição mais ampla da imprensa rioplatense do século XIX, em que o anonimato e a pseudonímia eram parte constitutiva do debate político. Outro ponto relevante é a relação entre sátira e denúncia política. Como observa Romano (2017), os chamados *periódicos no ilustrados* não se limitavam a ridicularizar genericamente comportamentos ou ideias, mas nomeavam adversários, revelavam segredos e investiam contra personagens específicos. Essa dimensão de ataque direto ajuda a compreender porque os panfletos dos Bruxos assumem um tom disciplinador e, ao mesmo tempo, ameaçador, enquanto os Duendes exploram a mobilização pela via do exagero e da hipérbole.

Os *Duendes* e os *Brujos* assumiram esse papel de vozes em confronto. Os primeiros surgem, em geral, associados à resistência oriental, utilizando a figura do duende como um espírito travesso e revelador de segredos, capaz de ridicularizar autoridades e expor bastidores. Os segundos, por sua vez, aparecem com frequência defendendo a presença do Império do Brasil, apresentando-se como *brujos* que

detêm saber oculto e podem denunciar ou maldizer os opositores. Como observa Ana Frega (2014), essa produção panfletária estava articulada a redes políticas locais, como os *Caballeros Orientales*, que recorriam à tipografia de José María de Torres para difundir seus textos. Curiosamente, a mesma oficina imprimia também folhetos alinhados ao lado contrário, o que revela que a tipografia funcionava como espaço de negócio e circulação, sem exclusividade ideológica definida.

Essa ambivalência indica que não se deve pensar em *Duendes* e *Brujos* como blocos rigidamente opostos ou homogêneos. Em linhas gerais, é verdade que os primeiros estão mais vinculados à crítica à incorporação ao Brasil, enquanto os segundos buscam legitimar a presença de Lecor e do projeto imperial. Contudo, a dinâmica do debate impresso era mais fluida: panfletos podiam dialogar, responder ou até coincidir em certos pontos de crítica, como denúncias de corrupção ou desordem local, ainda que partissem de pseudônimos distintos. A chave de leitura, portanto, não é apenas o nome adotado, mas sobretudo o conteúdo imediato e o alvo da sátira.

Nesse sentido, os pseudônimos cumpriam uma função mais retórica do que identitária. O *Duende* representava a voz do pequeno espírito crítico, que falava das sombras para expor as contradições do poder; o *Brujo*, por sua vez, encarnava uma figura mais ameaçadora, dotada de um saber que podia ser tanto defensivo quanto acusatório. Ambos operavam dentro de um mesmo repertório cultural, em que a sátira política se valia de personagens mágicos ou fantásticos para transformar o embate político em espetáculo, acessível a leitores acostumados a decifrar mensagens cifradas, alusões e caricaturas.

PRIMEIRO PANFLETO DO DUENDE

Um dos aspectos centrais da linguagem do panfleto é o uso da hipérbole. A passagem em que se afirma que *hasta los fetos que están en el vientre de sus madres, han de pelear por su libertad é independencia* é exemplar: o exagero projeta a luta como um destino inevitável e hereditário, que atravessa gerações. Ao invocar até mesmo os nascituros, o texto reforça a ideia de que não existe alternativa à resistência, naturalizando-a como parte intrínseca da condição oriental. A função desse recurso é mobilizar, despertar emoção e inscrever a luta contra o domínio estrangeiro no imaginário coletivo como dever absoluto e inadiável.

A retórica do panfleto articula ainda o recurso da sátira e da caricatura. O inimigo representado pelo Barão da Laguna e seus aliados é descrito de modo ridículo e depreciativo, expondo sua senilidade, sua ambição e sua suposta cobiça. Esse mecanismo de ridicularização tinha duplo efeito: diminuía a autoridade do adversário e reforçava a confiança dos opositores. Somado ao apelo a uma identidade comum dos orientales, marcado pelo uso constante de vocativos e interjeições, o texto buscava construir coesão política e estimular a adesão popular à causa de independência ou de união com as Províncias Unidas.

O contexto histórico ajuda a entender o tom inflamado do panfleto. Em 1822, Montevideu encontrava-se sob cerco de tropas imperiais, enquanto setores portugueses ainda controlavam parte da cidade. Ao ridicularizar Lecor e seus aliados, os *Duendes* não falavam apenas contra indivíduos, mas contra um projeto de sujeição sustentado pelo poder naval brasileiro. A sátira, nesse sentido, era um modo de enfrentar com a pena aquilo que as tropas

não podiam derrotar de imediato.

O Barão da Laguna tentava equilibrar sua lealdade ao recém-proclamado Império do Brasil com as pressões locais e a oposição dos partidários das Cortes de Lisboa. Para amplos setores urbanos, a situação representava não apenas um impasse político, mas também um risco de sujeição prolongada. A radicalidade do discurso panfletário reflete essa atmosfera de urgência e de ameaça existencial.

SEGUNDO PANFLETO DO DUENDE

O panfleto *Mas conversación* apresenta uma forma dialógica que remete a uma tradição de disputas políticas mediadas por personagens fictícios, o que o aproxima tanto da sátira quanto do panfleto moralizante. A cena teatral de um diálogo entre um espanhol e um oriental permite que o texto explore diferentes posições sem assumir diretamente uma autoria individual, mas sim uma autoridade discursiva coletiva. Como observa Skinner (1996), esse tipo de artifício deve ser lido como parte de uma “linguagem política” comuns aos leitores, em que convenções e estilos retóricos são usados para tornar o argumento mais persuasivo em seu contexto.

O eixo central do panfleto é a valorização da reconciliação entre espanhóis e orientais, em contraste com a denúncia da anarquia e da ameaça de ruína social. A ênfase na honradez dos portugueses e na disposição conciliatória dos orientais procura projetar a imagem de que a estabilidade política só poderia ser alcançada pela confiança mútua entre esses grupos. Trata-se de um deslocamento retórico relevante: em vez de incitar o combate como fazem outros panfletos dos Duendes ao recorrer à hipérbole bélica, este panfleto apela a uma pedagogia política fundada na moderação e no convencimento. Nes-

sa chave, o texto se aproxima daquilo que José Murilo de Carvalho (2000) descreve como a função educativa dos impressos, que buscavam moldar a opinião pública e instruir leitores sobre os valores desejáveis à vida política.

Datado de 1823 e impresso pela *Imprenta de Torres*, o panfleto deve ser entendido dentro do quadro da ocupação brasileira e da resistência local à incorporação da Cisplatina. Nesse momento, a presença de tropas portuguesas e brasileiras em Montevideu gerava tanto tensões quanto espaços de negociação. O apelo à concórdia e à união entre espanhóis e americanos no texto reflete a necessidade de evitar a fragmentação social em meio às pressões militares. Longe de propor uma ruptura imediata, *Mas conversación* sugere uma espécie de pacto discursivo, no qual a estabilidade se sustentaria pelo reconhecimento mútuo e pela vigilância contra a desordem. Assim, o panfleto contribui para o que Romano (2017) descreve como uma “esfera pública em disputa”, na qual impressos buscavam não apenas persuadir, mas também disciplinar formas de participação política.

TERCEIRO PANFLETO DO DUENDE

Este panfleto tem uma abertura distinta: o *Duende* adota um tom de seriedade e formalidade, recusando a leveza ou malícia que poderia ser atribuída ao gênero satírico. A estratégia é dupla: por um lado, diferencia este texto de escritos mais jocosos; por outro, busca garantir ao público uma voz de autoridade e clareza. A insistência em *hablar claro, clarito* sugere que o autor quer se colocar como intérprete direto da verdade, afastando ambiguidades.

O conteúdo central gira em torno da *División de Voluntarios Reales*, formada por portugueses leais às Cortes de Lisboa.

O *Duende* trabalha com uma retórica de confiança: afirma que os voluntários jamais se oporão a medidas que assegurem a sorte futura, reforçando a “honradez” e a disciplina como marcas distintivas desses homens. Esse recurso funciona como legitimação moral de um grupo militar específico, apresentado como fiador da ordem e do futuro.

Uma inovação retórica está no apelo direto aos soldados (*portugueses, oidme, y no os dejeis engañar*), que dá ao panfleto ares de proclamação ou arenga militar. O autor não apenas fala *sobre* os voluntários, mas também se dirige a eles, reforçando a intenção de mobilizar lealdade. A presença dos *Voluntários Reais* era uma questão espinhosa: mesmo após a independência do Brasil, parte desses soldados permanecia fiel às Cortes portuguesas, o que criava instabilidade política e militar. O *Duende* explora essa ambiguidade, tentando mostrar que tais tropas não seriam um perigo à ordem, mas, ao contrário, seriam sustentáculos dela desde que respeitada sua lealdade à legalidade.

Aqui aparece um ponto inédito em relação a outros panfletos: a defesa de que os Voluntários não obrigariam o povo a jurar obediência ao Imperador do Brasil, *mas sin que el pueblo legalmente haga conocer que tal es su voluntad*. Ou seja, há um deslocamento da ênfase da luta militar para a questão da legitimidade política: a soberania do povo (mesmo em termos ambíguos) é evocada como fundamento da obediência.

PRIMEIRO PANFLETO DO BRUXO

A produção panfletária atribuída ao *Brujo* constitui o polo discursivo defensor da ordem estabelecida e por consequência, interesses do Império do Brasil em Montevideu. Sua retórica, distinta da sátira

mobilizadora dos *Duendes*, constrói uma linguagem política baseada na defesa da *circunspección* (prudência e discrição), no apoio fisiológico ao projeto imperial e num realismo político permeado pelo grotesco. Esses panfletos funcionam como um mecanismo de disciplinamento de aliados e de crítica severa aos opositores, ao mesmo tempo em que disputam a própria legitimidade da palavra impressa. A insistência do Bruxo na prudência e no segredo ecoava, de certo modo, a própria lógica do bloqueio naval: conter, disciplinar e vigiar. A palavra impressa deveria seguir a mesma regra da esquadra, não deixar brechas por onde o inimigo pudesse penetrar.

O primeiro panfleto se inicia com uma invectiva agressiva, *Vaya Duende de dos mil diablos*, que imediatamente coloca o tom de reprovação e desprezo. A escolha dessa abertura revela uma estratégia retórica baseada no insulto e na teatralização do conflito. Mais do que um simples ataque pessoal, trata-se de uma maneira de marcar fronteiras dentro do próprio campo político: o Duende, ao publicar seus escritos, teria cometido um erro tão grave que merecia ser associado ao caos e à desordem demoníaca. O insulto inicial não apenas ridiculariza, mas prepara o leitor para uma lição de disciplina e prudência.

Linguisticamente, o panfleto explora a combinação de sarcasmo, perguntas retóricas e alusões veladas a riscos concretos. O tom irônico serve para rebaixar o interlocutor, mas também para transmitir a gravidade das consequências da imprudência.

SEGUNDO PANFLETO DO BRUXO

O segundo panfleto assinado pelo Bruxo se distingue desde a abertura pelo tom de proximidade e repreensão fraterna. O apelo inicial *Hermano mío* estabelece uma relação de intimidade que é ra-

pidamente convertida em crítica dura. A estratégia retórica consiste em interpelar o Duende como aliado que teria traído a confiança do grupo, ao expor “segredos” que deveriam permanecer resguardados. Essa mistura de fraternidade e censura funciona como dispositivo disciplinar, reafirmando a necessidade de coesão interna frente a um ambiente político marcado por vigilância, delação e instabilidade.

A crítica central é dirigida à quebra da *circumspección exterior*, apresentada como virtude essencial em tempos difíceis. Ao acusar o Duende de publicar um *disparatado papelucho*, o Bruxo dramatiza as consequências da imprudência: não apenas o descrédito público, mas também o risco concreto de perseguições e punições (*la cared*). Nesse ponto, o panfleto traduz a política em termos de segredo e sobrevivência, indicando que a continuidade da presença brasileira em Montevidéu dependia menos da mobilização aberta e mais da manutenção de redes clandestinas de lealdade e silêncio.

Do ponto de vista linguístico, chama a atenção o uso abundante de interrogatórios retóricos — *¿Sabes lo que has hecho? ¿Sabes en qué tenemos te has metido?* — que reforçam a posição do Bruxo como pedagogo severo, guardião da prudência. A retórica não busca persuadir adversários, mas corrigir aliados. O destinatário imediato é o Duende, mas o público implícito é mais amplo: os próprios simpatizantes do projeto imperial que, ao lerem a censura, são lembrados de seus deveres de discrição e lealdade.

O contexto histórico ajuda a explicar essa ênfase na disciplina interna. Em fins de 1822, a presença brasileira na Cisplatina era marcada por tensões múltiplas: os Voluntários do Rei ainda mantinham fidelidade a Lisboa; os Caballeros Orientales articulavam resistência impressa e políti-

ca; e a população urbana oscilava entre o cansaço da guerra e a expectativa de alternativas de soberania. Nesse cenário, o panfleto do Bruxo pode ser lido como uma tentativa de reforçar a coesão de um grupo que sabia estar em posição delicada, cercado de adversários e dependente da força naval e militar do Império.

Ao insistir que o erro do Duende consistiu em *sacar nuestras primeras camisetas a el viento*, o Bruxo sintetiza sua concepção da luta política: não se trata de um embate público de argumentos, mas de um jogo de bastidores em que a dissimulação é condição de sobrevivência. Essa postura retórica contrasta com a dos Duendes, que apostavam na mobilização popular por meio da hipérbole e da exortação, evidenciando a coexistência de estilos distintos na guerra de papéis cisplatina.

TERCEIRO PANFLETO DO BRUXO

O terceiro panfleto consolida a persona do *Brujo* como mestre e corretor, dono de uma verdade subterrânea, que o Duende não consegue compreender. O Bruxo mantém o tom de censura, mas aprofunda a exposição de uma visão estratégica para o bem da região. A linguagem é permeada por metáforas de jogo e trapaça (“*trampa adelante*”, “*la baraja está compuesta*”), deixando claro que a sustentação do projeto imperial na Cisplatina era mais circunstancial do que ideológica. O ponto retórico central é a defesa explícita da estratégia de *confundamos la causa del Brasil con la nuestra*, revelando uma consciência aguda da fragilidade da causa anexacionista por se. Este panfleto revela o núcleo do pensamento político do Bruxo: um realismo que privilegia a confusão calculada dos debates e a sobrevivência do grupo frente a um contexto considerado hostil

e emocional. O tom é de admoestação pedagógica, fundamentada em informações superiores (notícias de ofício) e na lógica que se oporia ao *Duende*. O adversário é acusado de ter cometido um “*imprudente y frío insulto*”, ao expor publicamente o grupo (*sacado nuestras primeras camisetas al viento*).

A retórica assume um duplo movimento: por um lado, enfatiza a existência de uma comunidade coesa (a “*logia*”), unida na insatisfação contra o aliado imprudente; por outro, coloca o *Brujo* como irmão benevolente, que admoesta *por ternura* em vez de rejeitar sumariamente. No entanto, a correção vem acompanhada de ameaça: se houver nova indisciplina, o destino será a exclusão (*si hablas tu idioma... te abandonará para siempre tu amigo*). O fecho com a assinatura *El Brujo enemigo de indirectas* comum aos três panfletos ironiza a própria lógica do panfleto, que é feito de alusões e indiretas, reforçando seu caráter autorreferencial.

A leitura dos três panfletos atribuídos aos Bruxos permite perceber a construção de uma linguagem política baseada na prudência, na disciplina e na dissimulação, em contraste com a retórica mais abertamente mobilizadora dos Duendes. A política, nos textos do Brujo, não é apresentada como espaço de debate aberto, mas como um jogo de bastidores que depende da *circunspección* e do controle rigoroso da palavra impressa. Esse recurso, interpretado à luz do contextualismo linguístico proposto por Skinner (1996), mostra como o autor opera dentro de convenções retóricas próprias de um universo conspirativo, no qual o maior perigo não é a força externa, mas a imprudência interna que revela segredos ao público.

No entanto, os panfletos não podem ser entendidos apenas como exercícios de disciplina interna. Eles também revelam

uma visão estratégica sobre a posição da Cisplatina no tabuleiro platino. Em diversos momentos, o Brujo menciona Buenos Aires de maneira desconfiada, ironizando sua instabilidade e seu suposto oportunismo político. Há críticas veladas à forma como as Províncias Unidas conduziram a revolução, apresentadas como movimentos que levaram ao desgaste e à perda de recursos: *¡Si ha perdido la campaña sus ganados, si hemos perdido la mitad de la población, sino tenemos armas, hemos de hacer lo posible para que se destruya lo poco que nos queda?*. Nesse sentido, a retórica do Brujo reforça a ideia de que uma ruptura brusca com o Império brasileiro significaria lançar a Cisplatina à deriva em meio a uma Buenos Aires politicamente volátil e incapaz de garantir estabilidade.

Essa posição sugere uma adesão relativa, ainda que pragmática, ao projeto imperial brasileiro. Não se trata de uma defesa exaltada do Império, mas de uma percepção cínica de que a ligação com o Brasil era, naquele contexto, a opção mais viável frente ao caos que se atribuía às Províncias Unidas. A estratégia de *confundir la causa del Brasil con la nuestra* expressa de modo exemplar esse cálculo: não se afirma explicitamente a integração plena, mas se reconhece que a sobrevivência política dependia de se apoiar na retórica imperial. Aqui, a análise de Pocock (2003) sobre linguagens políticas como repertórios de convenções torna-se pertinente: os Bruxos não formulam um discurso de lealdade direta, mas utilizam um vocabulário de astúcia, segredo e disciplina para manter seus aliados próximos ao Brasil, ainda que sob um registro de dissimulação.

Essa postura encontra eco nas reflexões de José Murilo de Carvalho (2000) sobre o papel pedagógico dos impressos no Brasil oitocentista. Ainda que não mobilizem diretamente a opinião pública mais

ampla, os Bruxos procuram instruir seus pares na lógica da prudência e da fidelidade disfarçada, reforçando que a manutenção da ordem dependia da contenção da palavra e da contenção da ação. A ironia, nesse caso, cumpre a função de “educar” pela advertência: expor a imprudência de um aliado equivocado não apenas o corrige, mas sinaliza a todos os leitores iniciados qual seria a conduta aceitável em tempos de incerteza.

Os panfletos dos Bruxos, portanto, permitem compreender como parte da retórica política em Montevideu operava num registro de bastidores, reforçando menos os ideais de independência que a pedagogia da prudência e a contenção em prol de uma ordem garantida pela continuidade da ligação com o Brasil.

CONCLUSÃO

Ao longo do artigo vimos que a Cisplatina viveu duas batalhas simultâneas: a das águas, protagonizada pelas esquadras brasileiras e portuguesas, e a das palavras, conduzida por Duendes e Bruxos nas tipografias de Montevideu. Essas frentes não eram estanques, mas dialogavam constantemente. O mar oferecia metáforas, o bloqueio naval dava contexto imediato, e a retórica satírica transformava os embates navais em imagens políticas acessíveis ao público urbano.

A análise dos panfletos cisplatinos mostra que o mar não foi apenas cenário de batalhas navais, mas elemento estruturante do imaginário político da época. O bloqueio de Montevideu, a constante movimentação de embarcações e a ameaça vinda do estuário impregnavam a experiência urbana. Assim, mesmo quando não citado de forma explícita, o horizonte marítimo constituía a moldura inevitável sobre a qual os Duendes e os Bruxos er-

guiam seus argumentos. A política impressa dialogava, portanto, com uma realidade material de cerco e vigilância, em que o domínio das águas definia tanto a sobrevivência econômica quanto as possibilidades de soberania.

Nesse sentido, a retórica dos panfletos deve ser entendida como uma resposta às condições concretas impostas pelo controle naval. O mar aparecia como metáfora de disciplina e segredo nas advertências do Bruxo, mas também como símbolo de liberdade e destino coletivo nas hipérboles do Duende. A guerra de palavras traduziu o embate das esquadras em imagens acessíveis ao público urbano, oferecendo aos leitores não apenas interpretações sobre os acontecimentos, mas também um repertório de significados capaz de moldar percepções sobre ordem, resistência e identidade.

Os panfletos analisados revelam ainda que Montevideu, situada na entrada do Prata, não podia escapar à sua condição de cidade-porta. O porto era a chave do comércio e o alvo dos bloqueios, mas também o ponto de onde emanavam impressos que circulavam por redes regionais. A conjugação entre mar e tipografia evidencia como a experiência cisplatina se produziu num espaço de interseção: as esquadras impediam a circulação física de mercadorias, enquanto os folhetos multiplicavam a circulação simbólica de ideias, fazendo do impresso uma arma que atravessava fronteiras mesmo quando os navios estavam retidos.

Por fim, a leitura conjunta das batalhas escritas e navais permite compreender a peculiaridade da Cisplatina como um território de transição. Se o mar condicionava os rumos políticos ao delimitar o alcance das potências, os panfletos davam forma discursiva a essa experiência, transformando bloqueios em metáforas, derrotas em

sátira e alianças em narrativas. A convergência entre águas e palavras reforça que a disputa Cisplatina foi, acima de tudo, uma luta pela possibilidade de imaginar futuros possíveis em meio à instabilidade. Nessa chave, os Duendes e os Bruxos não apenas

refletiram os dilemas de seu tempo, mas os inscreveram num horizonte marítimo que permaneceu decisivo para a formação política da região platina.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

DUENDE. Señor Duende de día (n.º 21). In: BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4, p. 627.

DUENDE. Señor Duende de día (n.º 25). In: BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4, p. 649.

DUENDE. Mas conversación (n.º 33). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 682.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 30). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 676.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 31). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 678.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 32). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 680.

Bibliografia

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000.

DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Plata (1822-1852). *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9–20, 2010.



FERREIRA, Pablo. La guerra de la Cisplatina y la opinión pública en Montevideo (1821–1824). *Revista de Historia del Río de la Plata*, Montevideo, v. 34, n. 2, p. 55–84, 2019.

FREGA, Ana. Introdução a los panfletos de la zona Cisplatina. In: José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile. (Org.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820-1823)*; Poesias, relatos e a Cisplatina. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 505-526.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *Em nome do interesse público: o periódico Astréia (1826–1828) e a guerra da Cisplatina*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WINTER, Murillo Dias. O déspota e os escravos: a alteridade brasileira na independência do Uruguai. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 127-147, 2014.

WINTER, Murillo Dias. A guerra fez-se de escritos assustadores: os folhetos na independência do Brasil, província Cisplatina, 1821–1824. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 1–36, 2022.